

Calazans não vê ameaça de retaliações

“Entre os banqueiros estrangeiros não existe a predisposição de adotar retaliações contra o Brasil. Pelo contrário, há o desejo de renegociar” — essa foi a impressão que o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, transmitiu ontem à matriz do banco, em Brasília. Ele participou, em Londres, de uma reunião da diretoria do European Brazilian Bank (Eurobaz), juntamente com representantes do Bank of America (norte-americano), Deutsche Bank AG (alemão), Union Bank of Switzerland (suíço) e The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltda. (japonês), que são credores do Brasil e acionistas do Eurobraz.

A assessoria de imprensa do Banco do Brasil retransmitiu as declarações de Calazans, informando que tanto é verdade que os credores brasileiros absorveram a moratória provisória brasileira que o BB conseguiu renovar todas as linhas de crédito interbancário (de curto prazo) que venceram ontem. Entretanto, Calazans, esteve na agência do BB em Londres para explicar aos interessados os motivos da “moratória técnica” e tranquilizar os banqueiros da City londrina.

O presidente em exercício do Banco do Brasil, Alberto Policaro, disse ontem que o banco já aprovou 700 projetos de pesquisa, com financiamentos no valor de 1,3 bilhão, através do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (Fipecc).

Dinheiro Novo

A proposta de renegociação da dívida externa que o governo pretende apresentar aos banqueiros dentro de dez dias, quando os contatos forem iniciados, considera como pontos de destaque um prazo de 16 anos com sete de carência para o início do pagamento do principal; **spread** (taxa de risco) abaixo dos 0,875% concedidos ao México; **fresh money** (dinheiro novo) entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 3,0 bilhões; e cláusula de salvaguarda para eventuais oscilações das taxas de juros.

A intenção do governo brasileiro, segundo o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, é apresentar uma proposta original, sem vinculações com projetos que estão sendo discutidos com outros devedores. Mesmo assim, a montagem da proposta a ser levada a Nova Iorque foi precedida de uma análise detalhada, pelo Banco Central, dos pontos principais do “pacote” mexicano, o qual, eventualmente, poderá servir de piso para a definição do acordo com o Brasil.

Antes da decretação da moratória e quando Fernão Bracher ainda era presidente do Banco Central, o governo parecia convencido da impossibilidade da obtenção de uma negociação multianual da dívida, tal como havia sido acertado entre os credores e a administração do general João Figueiredo, quando Afonso Celso Pastore exercia a presidência do Banco Central.